



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC nas Regiões 04, 05 e 06, com duas aplicações.

### 2. Fundamentação da Contratação

A contratação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC é condição necessária para manutenção da higiene e bem-estar nos ambientes de trabalho, atendendo servidores e todos aqueles que utilizam a justiça eleitoral.

### 3. Descrição da solução

Contratação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC nas Regiões 04, 05 e 06, com duas aplicações.

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

A contratação será para 2 (duas) aplicação, considerando-se o período de garantia de 6 (seis) meses.

#### 3.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

#### 3.2. Códigos SIASG

O código SIASG da contratação é 3417.

### 4. Requisitos da contratação

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

O serviço de desinsetização abrange principalmente a prevenção contra incidência de baratas, formigas e aranhas.

Os serviços deverão ser previamente agendados, devendo ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e nos finais de semana, de modo a não interferir nas atividades da Justiça Eleitoral durante o expediente.

Devem ser realizadas duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo I, conforme abaixo detalhado:

- a) A primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.
- b) A segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:
  - i. Completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a licitante vencedora terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

Nos ambientes internos deverá ser utilizado gel com o princípio ativo “Imidacloprid”, de modo que não haja



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

empecilhos para posterior ocupação. Nos ambientes externos deverá ser realizada a pulverização do produto nas áreas críticas definidas pelo aplicador, sendo obrigatória a aplicação no interior das caixas de gordura, de esgoto e ralos.

A desratização deverá se dar através do uso de iscas e, se necessário, pó de contato. As iscas utilizadas na desratização deverão possuir poder fulminante e impedir que os animais mortos exalem odor decorrente de decomposição.

A constatação da qualidade dos serviços especializados deve se dar durante a execução contratual, com atendimento aos procedimentos técnicos específicos e tendo como efeito a ausência de formigas, baratas, aranhas, e ratos, nos imóveis sob a responsabilidade do TRESC após a realização dos serviços e no período de garantia de 6 (seis) meses.

Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado), ou normas posteriores que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

Caso haja mudança no endereço das unidades a licitante vencedora deverá executar os serviços nos novos endereços.

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Prazos

Devem ser realizadas duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo I, conforme abaixo detalhado:

- a) A primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.
- b) A segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:
  - i. Completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a licitante vencedora terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Realizar aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo I, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.

#### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado em cada uma das aplicações, desde que apresentados os seguintes documentos:

- i. Cópia do Certificado de execução dos serviços em cada localidade;
- ii. Cópia do Relatório de execução dos serviços com a identificação e assinatura dos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada localidade.

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela licitante vencedora.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

O prazo de garantia do serviço é de 6 (seis) meses, para cada uma das aplicações, considerando, se necessário for, reaplicação e troca de iscas.

O acionamento e o acompanhamento da licitante vencedora para prestação do serviço de garantia são reponsabilidade dos gestores do contrato durante a sua vigência:

- a) Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central: Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato,
- b) Cartórios Eleitorais: respectivos Chefes de Cartório, ou seus substitutos.

### 5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

### 5.7. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 5.7.1. Autorizar o início dos serviços, desde que cumpridas as obrigações iniciais previstas no item 5.8.4 deste Termo de Referência.
- 5.7.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 5.7.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 5.7.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### 5.8. Obrigações da Contratada

A Contratada ficará obrigada a:

- 5.8.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 5.8.2. Apresentar antes de firmado o Contrato, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde:
  - a) Entregar juntamente com a lista as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.
- 5.8.3. Apresentar, antes de firmado o Contrato, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue com este fim, o visto no respectivo Conselho Regional de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a licitante vencedora



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

for estabelecida em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no Conselho de origem.

- 5.8.4. Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:
- a) Apresentar comprovação que a licitante vencedora possui contrato de coleta, transporte e de destino final das embalagens, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA; com apresentação conjunta da LAO (Licença Ambiental de Operação) da empresa que irá realizar o tratamento dos resíduos
  - b) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços deste Termo de Referência.
  - c) Designar um representante legal da licitante vencedora, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
- 5.8.5. Realizar aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo I, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP após o cumprimento das obrigações previstas no item 5.8.4;
- 5.8.6. Executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no endereço indicado neste Termo de Referência ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos prédios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br) ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos e-mails e/ou telefones constantes do Anexo I.
- 5.8.7. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESC para acompanhamento dos serviços.
- 5.8.8. Executar os serviços em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA ou normas posteriores que as venham substituir.
- 5.8.9. Utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental.
- 5.8.10. Realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendado nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante.
- 5.8.11. Garantir os serviços pelo período de 06 (seis) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESC.
- 5.8.12. Executar novamente os serviços, dentro do prazo de garantia, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do gestor do contrato.
- 5.8.13. Fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada.

- 5.8.13.1. O comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.
- 5.8.14. Utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana.
- 5.8.15. Recomendar aos respectivos gestores do contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento.
- 5.8.16. Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional.
- 5.8.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 5.8.18. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 5.8.19. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 5.8.20. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.8.21. Executar a segunda aplicação em no máximo 60 (sessenta) dias após 6 (seis) meses da primeira aplicação.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação Técnica

A licitante vencedora deverá disponibilizar, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.

A licitante vencedora deverá apresentar declaração formal de disponibilidade deste profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART ou AFT, ou documento similar de acordo com o Conselho Profissional que esteja vinculado, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial; e

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.1.4. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Manutenção Predial
Fiscal técnico	Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Chefe de Cartório da respectiva Zona Eleitoral

### 6.3. Instrumentos Formais

Os instrumentos formais oriundos da presente contratação são os descritos a seguir:

a) Certificado de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;

b) O próprio contrato ou nota de empenho emitidos para formalizar a contratação, e,

c) Demais documentos que registrem ocorrências no recebimento dos serviços, que podem ser



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento do bem.

## 6.4. Acompanhamento do Contrato

A contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Termo de Referência. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica a cargo da Seção de Manutenção Predial a autorização para o início dos serviços e a orientação aos responsáveis pelos imóveis quanto ao agendamento prévio e demais providências a serem tomadas para a realização dos serviços.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho e do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no Processo Administrativo Eletrônico que originou a contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento deverá ocorrer após o recebimento definitivo dos serviços em cada uma das aplicações, conforme registrado nos itens 5.3 e 5.4.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A presente contratação poderá ser parcelada em grupo de itens que correspondem às 3 (três) regiões definidas no Anexo I deste Termo de Referência, ou seja, cada grupo de item poderá ser adjudicado por licitantes diferentes.

### 9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme o atendimento dos requisitos de habilitação, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço, considerando-se vencedor aquele que apresentar a proposta mais vantajosa, nas condições estipuladas pelo TRESC.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

A proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- a) apresentação de profissional, com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química, devidamente registrado no





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

conselho profissional competente, detentor de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

- b) Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA.
- c) registro ou inscrição da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma das alíneas “a” e “c” deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Quando se tratar de pessoa física, certidão negativa de insolvência civil.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

A contratação em tela enquadra-se na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, justificando a sua realização com dispensa de licitação.

## 10. Estimativas do valor da contratação

Por tratar-se de serviço com especificações comumente utilizadas pelos prestadores e regulados por órgãos técnicos e governamentais, verificou-se que os serviços disponíveis no mercado atendem as especificações constantes dos requisitos funcionais.

O custo estimado para esta contratação foi obtido por meio de estimativa em função dos valores das contratações anteriores efetuadas pelo órgão, conforme segue:

Contratos anteriores	Item	Custo Total Estimado
Contrato 047/2020*	4 - Região 4	R\$ 2.689,00
	5 - Região 5	R\$ 3.410,00
	6 - Região 6	R\$ 4.849,00
	<b>Total</b>	<b>R\$ 10.948,00</b>
Contrato 044/2022**	4 - Região 4	R\$ 4.379,00
	5 - Região 5	R\$ 4.481,89
	6 - Região 6	R\$ 5.660,00
	<b>Total</b>	<b>R\$ 14.520,89</b>
<b>Custo estimado médio</b>		<b>R\$ 25.000,00</b>

\*02 (duas) aplicações \*\* 01(uma) aplicação

Com base na planilha, o custo estimado para essa contratação, considerando a realização de 02 (duas) aplicações, fica próximo a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Ressaltamos que os custos estimados servem apenas para indicar a ordem de grandeza dos custos para essa contratação. Para a realização da licitação, a planilha de custos deverá ser elaborada pelo setor competente.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 12 – Manutenção Predial

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Trata-se de contratação para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e, dessa forma, inexistente conflito com o objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRESC.

#### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.36	7.000,00
		3.3.90.39	
2	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.36	7.500,00
		3.3.90.39	
3	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.36	10.500,00
		3.3.90.39	
Total			25.000,00

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 5%, sobre o valor total do objeto contratado.

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 2 (dois) meses;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Anexo I – Lista dos imóveis por Região

- Item 01 – Região 04:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
40	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 420, Sala 1, Nova Esperança, 89270-000	60	47 3373 0967 / 47 988175446	<a href="mailto:zona060@tre-sc.jus.br">zona060@tre-sc.jus.br</a>
41	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanze, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791 / 47 988156178	<a href="mailto:zona038@tre-sc.jus.br">zona038@tre-sc.jus.br</a>
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183 / 47 988136047	<a href="mailto:zona017@tre-sc.jus.br">zona017@tre-sc.jus.br</a>
				87	47 3275 1819 / 47 988242394	<a href="mailto:zona087@tre-sc.jus.br">zona087@tre-sc.jus.br</a>
43	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023 / 47 988139344	<a href="mailto:zona019@tre-sc.jus.br">zona019@tre-sc.jus.br</a>
				76	47 3433 9355 / 47 988191530	<a href="mailto:zona076@tre-sc.jus.br">zona076@tre-sc.jus.br</a>
				95	47 3433 8671 / 47 988298312	<a href="mailto:zona095@tre-sc.jus.br">zona095@tre-sc.jus.br</a>
				96	47 3422 1354 / 47 988324236	<a href="mailto:zona096@tre-sc.jus.br">zona096@tre-sc.jus.br</a>
				105	47 3433 6433 / 47 988352259	<a href="mailto:zona105@tre-sc.jus.br">zona105@tre-sc.jus.br</a>
44	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987 / 47 988142276	<a href="mailto:zona022@tre-sc.jus.br">zona022@tre-sc.jus.br</a>
45	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292 / 47 988216846	<a href="mailto:zona081@tre-sc.jus.br">zona081@tre-sc.jus.br</a>
46	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332 / 42 988114037	<a href="mailto:zona025@tre-sc.jus.br">zona025@tre-sc.jus.br</a>
47	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838 / 47 988188795	<a href="mailto:zona074@tre-sc.jus.br">zona074@tre-sc.jus.br</a>
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	47 3633 4236 / 47 988151580	<a href="mailto:zona030@tre-sc.jus.br">zona030@tre-sc.jus.br</a>
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355 / 47 988151072	<a href="mailto:zona027@tre-sc.jus.br">zona027@tre-sc.jus.br</a>

- Item 02 – Região 05:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322 / 49 988054821	<a href="mailto:zona052@tre-sc.jus.br">zona052@tre-sc.jus.br</a>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

51	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575 / 49 988000239	<a href="mailto:zona004@tre-sc.jus.br">zona004@tre-sc.jus.br</a>
52	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087 / 49 988001815	<a href="mailto:zona006@tre-sc.jus.br">zona006@tre-sc.jus.br</a>
53	CAMPOS NOVOS	232,24	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104 / 49 988006780	<a href="mailto:zona007@tre-sc.jus.br">zona007@tre-sc.jus.br</a>
54	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533 / 49 988010199	<a href="mailto:zona011@tre-sc.jus.br">zona011@tre-sc.jus.br</a>
55	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580- 000	77	49 3246 3013 / 49 988699568	<a href="mailto:zona077@tre-sc.jus.br">zona077@tre-sc.jus.br</a>
56	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316 / 49 988017273	<a href="mailto:zona021@tre-sc.jus.br">zona021@tre-sc.jus.br</a>
				93	49 3222 8312 / 49 988712360	<a href="mailto:zona093@tre-sc.jus.br">zona093@tre-sc.jus.br</a>
				104	49 3222 8317 / 49 988718569	<a href="mailto:zona104@tre-sc.jus.br">zona104@tre-sc.jus.br</a>
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540- 000	51	49 988054298 / 49 988054298	<a href="mailto:zona051@tre-sc.jus.br">zona051@tre-sc.jus.br</a>
58	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088 / 49 988019387	<a href="mailto:zona028@tre-sc.jus.br">zona028@tre-sc.jus.br</a>
59	TANGARÁ	68,45	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024 / 49 988048752	<a href="mailto:zona047@tre-sc.jus.br">zona047@tre-sc.jus.br</a>
60	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378 / 49 988028840	<a href="mailto:zona036@tre-sc.jus.br">zona036@tre-sc.jus.br</a>

- Item 03 – Região 06:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	49 3445 4625 / 49 988693616	<a href="mailto:zona071@tre-sc.jus.br">zona071@tre-sc.jus.br</a>
62	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225 / 49 988061505	<a href="mailto:zona069@tre-sc.jus.br">zona069@tre-sc.jus.br</a>
63	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459 / 49 988031048	<a href="mailto:zona037@tre-sc.jus.br">zona037@tre-sc.jus.br</a>
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232 / 49 988021312	<a href="mailto:zona035@tre-sc.jus.br">zona035@tre-sc.jus.br</a>
				94	49 3323 5445 / 49 988714742	<a href="mailto:zona094@tre-sc.jus.br">zona094@tre-sc.jus.br</a>





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

65	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezus, N. 69, Térreo - 89700-194	9	49 3444 7198 / 49 988008703	<a href="mailto:zona009@tre-sc.jus.br">zona009@tre-sc.jus.br</a>
				90	49 3444 5970 / 49 988708504	<a href="mailto:zona090@tre-sc.jus.br">zona090@tre-sc.jus.br</a>
66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446 / 49 988695311	<a href="mailto:zona050@tre-sc.jus.br">zona050@tre-sc.jus.br</a>
67	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207 / 49 988060670	<a href="mailto:zona065@tre-sc.jus.br">zona065@tre-sc.jus.br</a>
68	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246 / 49 988012612	<a href="mailto:zona018@tre-sc.jus.br">zona018@tre-sc.jus.br</a>
				85	49 3521 3060 / 49 988703813	<a href="mailto:zona085@tre-sc.jus.br">zona085@tre-sc.jus.br</a>
69	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856 / 49 988058419	<a href="mailto:zona058@tre-sc.jus.br">zona058@tre-sc.jus.br</a>
70	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504 / 49 988058765	<a href="mailto:zona083@tre-sc.jus.br">zona083@tre-sc.jus.br</a>
71	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539 / 49 988036769	<a href="mailto:zona041@tre-sc.jus.br">zona041@tre-sc.jus.br</a>
72	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	49 3366 1822 / 49 988061055	<a href="mailto:zona066@tre-sc.jus.br">zona066@tre-sc.jus.br</a>
73	PONTE SERRADA	100	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004 / 49 988059976	<a href="mailto:zona063@tre-sc.jus.br">zona063@tre-sc.jus.br</a>
74	QUILOMBO	80,14	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 SI5 Ed Dom Victório - 89850-000	78	49 3346 3361 / 49 988702063	<a href="mailto:zona078@tre-sc.jus.br">zona078@tre-sc.jus.br</a>
75	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II , Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038 / 49 988692545	<a href="mailto:zona070@tre-sc.jus.br">zona070@tre-sc.jus.br</a>
76	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	49 3344 1255 / 49 988050898	<a href="mailto:zona049@tre-sc.jus.br">zona049@tre-sc.jus.br</a>
77	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900- 000	45	49 3621 0886 / 49 988041961	<a href="mailto:zona045@tre-sc.jus.br">zona045@tre-sc.jus.br</a>
				82	49 3621 1016 / 49 988033111	<a href="mailto:zona082@tre-sc.jus.br">zona082@tre-sc.jus.br</a>
78	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763 / 49 988059529	<a href="mailto:zona061@tre-sc.jus.br">zona061@tre-sc.jus.br</a>
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056 / 49 988037396	<a href="mailto:zona043@tre-sc.jus.br">zona043@tre-sc.jus.br</a>
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358 / 49 988049984	<a href="mailto:zona048@tre-sc.jus.br">zona048@tre-sc.jus.br</a>